



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador
Coordenação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

ANO 01 N° 13

BOLETIM INFORMATIVO DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Caros Leitores!

Esta edição traz em seu primeiro artigo informações acerca do levantamento dos casos de COVID-19 nos frigoríficos do Estado de Goiás e ressalta a importância da fiscalização e de orientações para a prevenção, controle e notificação dos casos de COVID-19 neste segmento.

O dia 10 de setembro é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, o segundo artigo indaga sobre a possível relação entre os casos de suicídio e a ocupação. Para esse fim, apresenta dados referentes aos óbitos por suicídio em Goiás de 2015 à 2019, segundo a ocupação, sexo e faixa etária. Traz ainda, a importância da assistência à saúde do trabalhador como o treinamento para reconhecimento dos sinais de alerta e a disponibilidade de exames de saúde mental.

Ao final apresenta-se a entrevista realizada com a Professora Daniela de Melo e Silva, Doutora em Biologia Animal. Daniela narra sua experiência como pesquisadora dos impactos de estressores sobre a saúde do homem, sobre o uso de ensaios genéticos como ferramentas para relacionar a exposição ao agrotóxico e a intoxicação com provável adoecimento dos trabalhadores rurais.

Conselho Editorial

CASOS DE COVID - 19 EM FRIGORÍFICOS DO ESTADO DE GOIÁS

Patrícia Carneiro de Resende/ Médica, Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e do Trabalho – UFU. Analista Governamental em Saúde do Trabalhador - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Andréia Soares da Silveira / Fonoaudióloga, Fiscal Sanitário, Especialista em Linguagem - CEFAC, Especialista em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde - UFRN, Especialista em Análise da Situação em Saúde - UFG.

Em alguns ramos de atividade econômica, devido às características do trabalho, a frequência de adoecimento pela COVID-19 evidencia maior risco para o trabalhador. Neste sentido, os frigoríficos, por serem ambientes fechados, com baixa taxa de renovação de ar, baixas temperaturas (até o máximo de 12° C), umidade e com diversos postos de trabalho sem o distanciamento mínimo de segurança, tornam-se locais propícios à disseminação do vírus (WALTER, 2016).

Figura 1 – Frigoríficos do Estado de Goiás



Fonte: agraonovas.com.br, 2017.

A fim de reduzir a transmissão da COVID-19, normativas estabeleceram medidas visando a prevenção, o controle e a mitigação dos riscos de transmissão da doença para as atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados e nas empresas no geral (Portaria GM/MS nº 327, de 24 de março de 2020; Orientação Conjunta nº01/STRAB/SEPRT-ME/SPA-MAPA/SVS-MS, de 07 de maio de 2020; Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020; Nota de Recomendação nº: 1/2020 - SUVISA- 03084; Nota Técnica nº: 4/2020 - SUVISA- 03084).

As medidas abordadas por estas normativas incluem: protocolos de prevenção nos ambientes de trabalho e nas áreas comuns da organização; instruções sobre higiene das mãos e etiqueta respiratória; ações para identificação precoce e afastamento dos trabalhadores com sinais e sintomas compatíveis com a COVID-19; triagem de temperatura corporal na entrada do estabelecimento em todos os turnos de trabalho; organização dos postos de trabalho com distanciamento mínimo de um metro, notificação etc.

Entretanto, informações das mídias sobre os frigoríficos e denúncias recebidas por esta Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador de Goiás (CVSAT - GO),

inclusive advindas do Ministério Público Estadual, a exemplo de unidades localizadas nos municípios de Rio Verde, Mineiros, Porangatu, Goianira e Corumbáiba, apontam altos índices de contaminação pela COVID-19 e medidas ineficazes de prevenção e controle, como: falta de distanciamento, falta de testagem, irregularidade nos afastamentos, dentre outras.

Dados divulgados em mídia, como nos sites G1 e Sagresonlin, apontam que alguns frigoríficos em 2020 tiveram pedido de interdição pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e houve fechamentos temporários de fábricas, a exemplo dos municípios de Mineiros e de Rio Verde. Estas empresas assinaram Termos de Ajustamento de Conduta com o MPT comprometendo-se a adotar medidas de proteção mais eficazes e testagem em massa dos funcionários. Segundo tais mídias, em uma unidade localizada em Rio Verde, 60% dos 8,5 mil funcionários testaram positivo para COVID-19.

Diante desse cenário alarmante de disseminação do vírus em ambientes de trabalho, realizou-se uma pesquisa no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no mês de outubro de 2020, para identificação dos casos da COVID-19 notificados pelos frigoríficos do Estado. Neste levantamento, constaram dados de um único frigorífico, situado no município de Inhumas, cuja notificação foi de 16 casos, contradizendo as informações e as denúncias supracitadas.

Vale destacar que, conforme Nota Técnica nº 4/2020 - SUVISA- 03084, recomenda-se que, além da notificação (Nota Técnica nº 01/2021 - SUVISA) de casos da COVID - 19 no Sistema e-SUS VS, eles também podem integrar o rol de doenças ocupacionais e, nesses casos, deverão ser notificados na ficha de Acidente de Trabalho, com o CID B 34.2 - Infecção por Coronavírus de localização não especificada e registrados no SINAN.

Para ser considerada doença ocupacional, é necessário que o trabalhador tenha contraído o vírus em seu ambiente de trabalho ou ao se deslocar para o mesmo, ou seja, faz-se necessário a comprovação da relação da COVID-19 com o trabalho (nexo causal). Isso se dá por meio da investigação realizada pela análise de prontuário e/ou entrevista com o trabalhador (anamnese ocupacional).

Quando houver o nexo entre a doença e o trabalho, deve ser preenchida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e tais casos deverão ser notificados na ficha de Acidente de Trabalho. Posteriormente essas fichas deverão ser encaminhadas

aos Núcleos de Vigilância Epidemiológica do Município para serem registradas no SINAN.

A fim de compreender melhor a ocorrência de casos da COVID-19 nos frigoríficos do Estado, em dezembro de 2020, a CVSAT-GO enviou um ofício para essas unidades solicitando informações sobre número dos casos e de óbitos, bem como as medidas adotadas para prevenção e o controle da disseminação do vírus. Além disso, em caráter educativo, destacou-se no documento a recomendação para a notificação e as normativas orientadoras para reduzir a transmissão do vírus.

Dos 87 frigoríficos contatados por esta Coordenação, daqueles que obtivemos resposta, foram informados 368 casos confirmados da COVID-19 e 01 óbito em 2020.

Resultados divergentes foram encontrados em pesquisa realizada no observatório digital de segurança e saúde no trabalho - Smartlab - associando os afastamentos previdenciários pela COVID-19 (CID B34, em especial os códigos B34.2 e B34.9, e U07) à atividade econômica. Tais dados evidenciaram 67 casos de afastamento pelo vírus no ramo de abate/processamento de carnes no ano de 2020 em Goiás e, nenhum registro de CAT nesta atividade econômica.

A título comparativo, na atividade hospitalar, que é considerada a de maior risco para o contágio, foram registrados 148 casos de afastamentos, ou seja, os números de casos em frigoríficos, ainda que divergentes, são altos.

Acerca de tais divergências com relação aos registros dos casos da COVID-19 nos frigoríficos, aventamos algumas hipóteses, quais sejam:

- Conhecimento ainda incipiente por parte dos serviços de saúde e frigoríficos sobre as orientações para a notificação de forma adequada dos acidentes de trabalho e afastamentos previdenciários pela COVID-19;
- Dificuldade na comprovação sobre a ocorrência de contágio no ambiente de trabalho (nexo causal), para que o caso seja então considerado como doença ocupacional com abertura de CAT, notificação e inclusão no SINAN;
- Insegurança do trabalhador em associar o nexo causal com o trabalho durante a entrevista ocupacional por temer represálias e/ou desinteresse das empresas em investigar o nexo;
- Falha de comunicação entre Frigoríficos e Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para que seja efetivada a notificação/registro no SINAN e/ou escassez de mão-de-obra na SMS.

Visando obter melhorias das condições de saúde e segurança dos trabalhadores que laboram nestes ambientes, foi implantado em 2020 pela CVSAT-GO o projeto de Vigilância em Saúde do Trabalhador em Frigoríficos, com ações de intervenção nos ambientes, processos e condições de trabalho.

Neste sentido, a CVSAT tem realizado inspeções e intervenções por amostragem e por denúncias em frigoríficos do Estado, elaboração de portarias, capacitações com todos os atores envolvidos (fiscais de vigilância sanitária estaduais e municipais, centros de referência em saúde do trabalhador, atenção básica e vigilância epidemiológica), abordando aspectos para prevenção e controle da COVID-19 e de outros agravos em saúde do trabalhador, além de orientações para a notificação adequada.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 327, de 24 de março de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Orientação Conjunta nº 01/STRAB/SEPRT-ME/SPA-MAPA/SVS-MS, de 07 de maio de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Portaria Conjunta nº 19, de 18 de junho de 2020**. Brasília, 2020.

ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde. **Nota de Recomendação nº 1/2020 - SUVISA- 03084**, de 03 dias de julho de 2020. Goiânia, 2020.

ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Vigilância em Saúde. **Nota de Técnica nº 4/2020 - SUVISA- 03084**, de 17 dias de junho de 2020. Goiânia, 2020.

G1 MPT pede paralisação de 11 frigoríficos em 6 estados após casos de Covid entre funcionários. 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/07/11/mpt-pede-paralisacao-de-11-frigorificos-em-6-estados-apos-casos-de-covid-entre-funcionarios.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Sagresonline **Apesar dos casos registrados em Goiás, Sindicarnes nega disseminação de covid em frigoríficos**. 2020. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/apesar-dos-casos-registrados-em-goias-sindicarnes-nega-disseminacao-de-covid-em-frigorificos/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Smartlabbr. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/5218805?dimensao=perfilCasosAcidentes>. Acesso em: 27 ago. 2021.

WALTER, L. I. **O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?** Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, v. 14, n. 238, 2016.

CANTINHO

NÚMEROS

ENGENHEIROS DO HAWAII

Última edição do Guinness Book
Corações a mais de mil
E eu com esses números?
Cinco extinções em massa
Quatrocentas humanidades
E eu com esses números?
Solidão a dois
Dívida externa
Anos luz
Aos 33 Jesus na cruz
Cabral no mar aos 33

E eu... o que faço com esses números?
Eu... o que faço com esses números?

A medida de amar é amar sem medida
Velocidade máxima permitida
A medida de amar é amar sem medida

[...]

Mega, Ultra, Híper, micro, baixas calorias
Kilowatts, Gigabytes...



Fonte: Reuters

TRABALHO E SAÚDE MENTAL

SUICÍDIO E OCUPAÇÃO: EXISTE RELAÇÃO ENTRE OS DOIS?

Patrícia Carneiro de Resende/ Médica, Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e do Trabalho – UFU. Analista Governamental - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES)

Manoela Souza Costa Vieira, Enfermeira, Vigilância de Violência de Acidentes - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES)

Fernanda Cristina Martins de Oliveira Silva, Técnica de Enfermagem e Fiscal Sanitário, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES)

Falar de suicídio é pensar em um processo de sofrimento intenso em que o indivíduo tem dificuldade para lidar com o seu sentimento de dor. É um tema complexo e muitos fatores podem influenciar para a sua ocorrência, porém, a principal causa são as doenças mentais (BRASIL, 2005).

Dados da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) estimam que 96,8% dos casos de suicídio estão relacionados aos transtornos mentais, especialmente a depressão, seguida do transtorno bipolar e do abuso de substâncias (ABP, 2021).

Para se ter a dimensão da importância do assunto, do grupo das causas externas relacionadas à violência, o suicídio representa a 2ª causa de morte mais comum no mundo e a 3ª no Brasil (PISAT, 2019).

Por outro aspecto, como o suicídio comumente relaciona-se ao adoecimento mental, ele pode, em muitos casos, ser evitado através da identificação dos fatores de risco e por meio de ações de prevenção e promoção da saúde mental. Neste sentido, como o trabalho permeia a vida da maioria das pessoas, é extremamente relevante verificar os fatores de risco associados às ocupações que exercem influência no adoecimento mental e, consecutivamente, nos óbitos por suicídio.

Estudos evidenciam que muitos ambientes de trabalho propiciam condições para o sofrimento mental e vários estressores ocupacionais são conhecidos, como: a sobrecarga, longas jornadas, pressão de tempo, assédio moral e outras formas de violência, repetitividade e monotonia das tarefas, conflitos interpessoais, agentes químicos que interferem no sistema nervoso central, dentre outros. Lembrando que existe uma íntima interação entre os recursos mentais do indivíduo e as exigências do trabalho (BRASIL, 2005; SUERDA, 2014; PISAT, 2019).

Neste sentido, o objetivo do presente artigo foi verificar as possíveis diferenças entre o número de óbitos por suicídio entre diferentes grupos ocupacionais, no Estado de Goiás. Partindo da hipótese de que pode haver a participação de fatores laborais na determinação do suicídio.

Apesar de tímidos, dados internacionais e nacionais, tem revelado que os trabalhadores da Agropecuária apresentam maior risco de suicídio que os demais trabalhadores, principalmente para o sexo masculino (MCINTOSH et al. 2016; PISAT, 2019; GALVÃO et al. 2019).

Pesquisadores americanos analisaram as taxas de suicídio em 17 estados, em 2012, e, de acordo com as categorias profissionais, os casos de suicídio foram maiores na agricultura, pesca e trabalhadores florestais (84,5 suicídios por 100 mil pessoas), seguido por construção e extração (53,3 por 100 mil); e instalação, manutenção e trabalhos de reparação (47,9 por 100 mil). Os maiores números de suicídio entre as mulheres ocorreram entre aquelas que trabalhavam em ocupações de serviços de proteção (14,1 por 100 mil). Com relação à idade, 84,5% das pessoas tinham entre 16 e 64 anos e as proporções de suicídios foi maior entre homens (77,2%) e mulheres (22,8%) (MCINTOSH et al. 2016).

No Brasil, uma análise epidemiológica entre 2007 e 2015 registrou 77.373 suicídios, cerca de 8.597 por ano. A mortalidade anual foi 8,9 por 100.000 indivíduos em 2007, e de 10,5 em 2015, evidenciando crescimento da mortalidade por suicídio no período (PISAT, 2019).

Trabalhadores da agropecuária e homens tiveram a maior mortalidade por suicídio, estimada em 16,6 x 100.000 em 2007 e 20,5 em 2015, o que representa o dobro da média nacional em cada ano, seguidos por trabalhadores da Indústria que tiveram 10,8, e 14,2 x 100.000, respectivamente (PISAT, 2019), corroborando com as informações do estudo Americano descrito anteriormente.

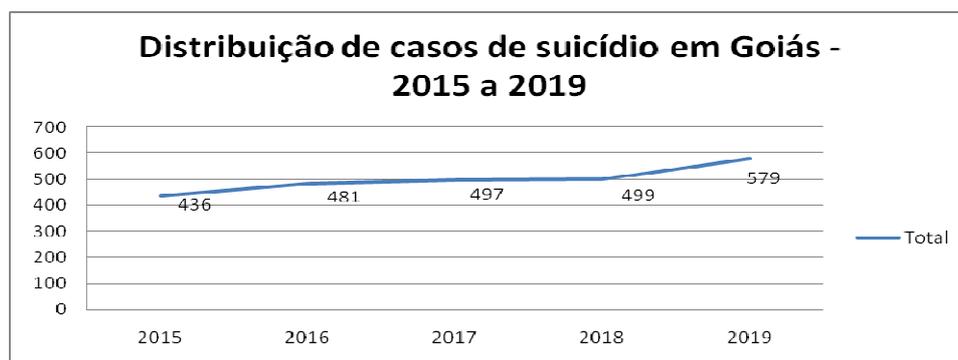
Outra pesquisa, de 2015, realizada em Sergipe, evidenciou 112 casos de suicídio, destes, 27,6% ocorreram em trabalhadores agrícolas, 16,3% em trabalhadores da construção civil (pedreiro/ajudante de obra/armador de concreto) e 14,3% em estudantes. Os homens representaram a maioria dos casos (83,0%), especialmente na faixa etária de 20 a 39 anos (41,1%) (GALVÃO et al. 2019).

O que os dados de Goiás revelam?

Realizou-se uma pesquisa no Departamento de Informação do Sistema Único de Saúde (DATASUS), extraindo-se dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do período de 2015 a 2019 em Goiás. Selecionou-se os óbitos por suicídio, cuja causa básica declarada foram as lesões autoprovocadas intencionalmente, codificadas em X60-X84 pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª revisão (CID-10), associando-os à ocupação, ao sexo e à faixa etária. Ressalta-se que o estabelecimento dos grupos ocupacionais baseou-se na classificação de atividades econômicas – CNAE (CODEPLAN, 2018).

Nesse período, foram registrados 2.492 suicídios, cerca de 498 por ano. A mortalidade anual foi 6,6 por 100 mil pessoas em 2015, e de 8,4 em 2019, ou seja, houve um aumento da mortalidade por esta causa (GRÁFICO 1). Se comparado a mortalidade Nacional de 2015 por suicídio, estimada em 10,5, Goiás apresentou uma taxa menor no mesmo ano (6,6).

Gráfico 1 – Distribuição dos casos de suicídio em Goiás - 2015 a 2019



Fonte: Elaborado pelos autores com base no SIM/DATASUS (2015 a 2019), 2021.

A respeito das ocupações (TABELA 1), análise de frequência dos dados evidenciou que, os trabalhadores da agropecuária e do comércio representaram a maioria dos casos de óbito por suicídio, representando 11,04% e 10,63%, respectivamente. Em seguida estão os trabalhadores da construção civil, com 8,59% dos óbitos por esta causa. As categorias seguintes, apesar de números expressivos, não se relacionam diretamente à ocupação, sendo compostas por estudantes (8,59%), aposentados e pensionistas (7,99%) e donas e casa (6,98%). Houve variação entre os grandes grupos ocupacionais nos anos do estudo.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos casos de suicídio segundo ocupação, Goiás, 2015 a 2019

Ocupação	2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Agropecuária	49	11%	51	11%	65	13%	61	12%	49	8%	275	11,04%
Comércio/reparação de veículos automotores e Motocicletas	46	11%	44	9%	43	9%	55	11%	77	13%	265	10,63%
Construção civil	42	10%	32	7%	46	9%	42	8%	52	9%	214	8,59%
Estudante	23	5%	35	7%	38	8%	51	10%	52	9%	199	7,99%
Aposentado/Pensionista	30	7%	43	9%	34	7%	33	7%	34	6%	174	6,98%
Dona de casa	32	7%	32	7%	32	6%	28	6%	27	5%	151	6,06%
Empregado doméstico	21	5%	27	6%	24	5%	18	4%	31	5%	121	4,86%
Motoristas	18	4%	15	3%	24	5%	15	3%	23	4%	95	3,81%
Indústria	9	2%	16	3%	17	3%	18	4%	17	3%	77	3,09%
Desempregado	11	3%	20	4%	11	2%	15	3%	13	2%	70	2,81%
Profissionais de saúde	8	2%	5	1%	16	3%	5	1%	14	2%	48	1,93%
Outros serviços	63	14%	77	16%	74	15%	85	17%	114	20%	414	16,61%
Não informada/ignorada	84	19%	84	17%	73	15%	73	15%	76	13%	389	15,61%
Total	436		481		497		499		579		2492	

Fonte: Elaborada pelos autores com base no SIM/DATASUS (2015 a 2019), 2021.

Notou-se uma frequência maior de suicídios na população masculina, representando 78% de todos os casos. A idade de ocorrência variou de 11 a 96 anos e as faixas etárias mais atingidas foram os grupos de 20 a 39 anos (43%) e de 40 a 59 anos (31%), conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Óbitos por suicídio segundo sexo e faixa etária, Goiás - 2015 a 2019

Sexo	n	%
Masculino	1951	78%
Feminino	541	22%
Faixa etária		
Menor que 20 anos	220	9%
Entre 20 e 39 anos	1077	43%
Entre 40 e 59 anos	773	31%
60 anos ou mais	416	17%
Ignorado	6	0,2%

Fonte: Elaborada pelos autores com base no SIM/DATASUS (2015 a 2019), 2021.

Em consonância com os outros estudos apresentados, o sexo mostra implicações importantes na epidemiologia do suicídio, revelando-se como um indicador bastante consistente, pois os índices de suicídio em homens, independentemente da ocupação, superam o feminino em todo o mundo. Embora a maior porcentagem de tentativas de suicídio esteja entre as mulheres, homens tendem a recorrer a métodos mais violentos e, além disso, acredita-se que o papel atribuído ao masculino na cultura patriarcal, como ser provedor, ser independente, tanto financeiramente quanto emocionalmente, deixam-nos mais vulneráveis e com menos habilidades para lidar com estresse (OLLIFE et al., 2016). A faixa etária com o maior número de casos foi de 20 a 59 anos, idade produtiva, semelhantes aos estudos apresentados.

No que tange a ocupação, os resultados desta pesquisa reafirmam os achados da literatura em que as taxas de suicídio são elevadas nos trabalhadores da Agropecuária e uma série de motivos são considerados fatores de risco para esses trabalhadores. Acredita-se que exposição em longo prazo aos agrotóxicos pode afetar o sistema nervoso central e predispor à depressão, ansiedade, dentre outros transtornos mentais, ou a doenças neurodegenerativas, e, assim, contribuir para o suicídio.

Além disso, baixa renda, instabilidade no emprego, pressão por produtividade, acesso limitado à educação e aos serviços de saúde de qualidade e o acesso a meios letais, permitem circunstâncias favorecedoras do suicídio (MCINTOSH et al. 2016).

Nas ocupações relacionadas ao Comércio e a Construção Civil, o número elevado da mortalidade por suicídio pode estar relacionado aos estressores ocupacionais já conhecidos, como a instabilidade financeira, sobrecarga, dentre outros (BRASIL, 2005; SUERDA, 2014; PISAT, 2019), ou resultar da associação com o sexo masculino e não em função do tipo de atividade. Há grande heterogeneidade no grande grupo de trabalhadores do Comércio, o que limita as conclusões. Já no grupo da Construção, outros estudos também mostram números elevados de suicídio.

Destaca-se que não há uma explicação única para essas associações, pois o suicídio é um fenômeno complexo, multifatorial, com evidências de interações, mediações e variáveis que podem confundir os achados (PISAT, 2019).

Por fim, salienta-se que ações de prevenção do suicídio passam pela promoção da saúde mental (WHO, 2018). Nesse sentido, acredita-se que para prevenção desses agravos podem ser criados programas de abordagem a assistência à saúde do trabalhador, com treinamento para o reconhecimento dos sinais de alerta e a

disponibilidade de exames de saúde mental, em especial, para pessoas do sexo masculino e com exposição a agrotóxicos (MCINTOSH et al. 2016).

Denota-se que novos estudos são necessários para esclarecer a relação entre ocupação e suicídio, pois os dados atuais ainda não são suficientes para estabelecer relações definitivas e aplicar generalizações amplas nos resultados. Outro aspecto notado neste estudo refere-se à insuficiência do preenchimento completo dos dados, reforçando a necessidade de melhoria da qualidade nos preenchimentos das fichas de notificações.

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Campanha Setembro Amarelo**. Disponível em: <https://www.abp.org.br/setembro-amarelo>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Protocolo de agravos à saúde mental relacionados ao trabalho**. Brasília: MS; 2005.
- CODEPLAN. **Aspectos Econômicos do Distrito Federal**. Texto para discussão – no37/abr. 2018.
- GALVÃO C. V et al.. Caracterização do suicídio segundo ocupação no Estado de Sergipe. . **Ciências Biológicas e de Saúde**, Aracajú, v. 5, n. 3, p. 13-26 , Out. 2019.
- MCINTOSH, W. L. et al. Suicide Rates by Occupational Group-17 States, 2012. **MMWR. Morbidity and Mortality Weekly Report**, v. 65, n. 25, p. 641-645, 2016.
- OLIFFE, John L. et al. **Men's depression and suicide literacy: a nationally representative Canadian survey**. Journal of Mental Health, [s.l.], v. 25, n. 6, p. 520-526, abr. 2016.
- PROGRAMA INTEGRADO EM SAÚDE AMBIENTAL E DO TRABALHADOR - PISAT. **Boletim Epidemiológico - Ocupação e Suicídio no Brasil, 2007-2015**. Bahia, 2019. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/boletim-epidemiologico-ocupacao-suicidio-brasil-2007-2015>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- SUERDA, F. S. **Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho/organizado**. Salvador: DIVAST, 2014.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **National suicide prevention strategies: progress, examples and indicators**, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1174021/retrieve> Acesso em: 16 ago. 2021.

ENTREVISTA- SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL

Entrevista com a Professora Daniela de Melo e Silva, Doutora em Biologia Animal pela UNB, Mestre em Genética pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e biomédica da PUC Goiás. A professora desenvolve estudos sobre os impactos de estressores ambientais em seres humanos e encontra-se atualmente desenvolvendo a pesquisa intitulada "Impactos dos agrotóxicos na Saúde do Trabalhador Rural do Sudeste e Sudoeste Goiano". Esta pesquisa já produziu resultados publicados na tese de doutorado "Efeitos à saúde humana da exposição ocupacional direta e indireta aos agrotóxicos" orientada pela Doutora Daniela. O estudo publicado foi realizado com 180 trabalhadores expostos a agrotóxicos das cidades goianas de Silvânia, Jataí e Montividiu, contando com grupo controle com a mesma proporção de indivíduos. Segundo a autora da tese descrita o trabalho evidenciou alterações consideradas importantes no grupo de indivíduos expostos, especialmente em relação a danos ocorridos no DNA, com menor grau de danos com a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI (RAMOS, 2020).

A entrevista foi concedida no dia 13/05/2021 de forma remota, utilizando a ferramenta *google meet*. Durante a entrevista a professora falou sobre sua experiência como pesquisadora dos impactos de estressores sobre a saúde do homem, discorreu sobre o uso de ensaios genéticos como ferramentas para relacionar a exposição ao agrotóxico e a intoxicação com provável adoecimento dos trabalhadores rurais. A pesquisadora descreveu ainda os estudos que realizou bem como aqueles que estão em andamento, destacando os estudos a serem realizados na região sudoeste goiana sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador rural e o estudo promissor envolvendo pacientes com câncer atendidos no Hospital Araújo Jorge classificados como lavradores. Além disto, a professora reforçou o seu compromisso social em modificar a realidade dos trabalhadores expostos.

- Quais foram os fatores que despertaram o seu interesse por pesquisar sobre a influência dos agrotóxicos na saúde do trabalhador rural?

“Iniciei meus trabalhos como cientista analisando os impactos de estressores ambientais em seres humanos, especificamente com o monitoramento dos casos de contaminação pelo Césio 137, atividade que ainda perdura até hoje. Como estamos em um Estado com forte atividade agrícola, observei que não havia estudos sobre a contaminação por agrotóxicos para agricultores, utilizando os exames genéticos que temos. Começamos a pesquisa com os agentes de endemias em Goiânia e Aparecida de Goiânia no ano de 2006. Este estudo produziu resultados interessantes, o que nos motivou a ampliá-lo para o trabalhador rural. Tivemos até então uma abertura muito boa com os trabalhadores desta categoria. Eu associei o uso da genética à necessidade de conhecer a saúde dos nossos agricultores.”

- Como você pretende demonstrar a relação entre o trabalho e a intoxicação por agrotóxicos aguda e crônica?

“Nosso intuito é ampliar cada vez mais o nosso grupo amostral, para reduzir os questionamentos sobre os resultados produzidos pelo estudo, pois na medida em aumentamos a amostra nós conseguimos uma análise estatística mais robusta. Temos um teste, o marcador de neurotoxicidade a acetilcolinesterase, que pode ser quantificado e está diretamente associado com a intoxicação aguda para agrotóxicos organofosforados. Fazemos uso ainda de múltiplos testes: os convencionais

(hemograma, lipidograma, gama GTT e etc) e os ensaios genéticos, que mostram mais alterações no grupo exposto ao agrotóxico, tem maior sensibilidade e confiança em inferir que a alteração encontrada no ensaio tem relação com o agrotóxico quando comparado ao grupo controle. A intoxicação crônica é mais complicada. Iniciamos um trabalho com o Hospital Araújo Jorge, no qual solicitamos os prontuários dos pacientes lavradores atendidos do hospital de 2011 a 2020 com tumores de cabeça e pescoço, tumores hematológicos e gástricos. Recebemos 3600 prontuários. Até o momento analisamos 500 destes prontuários e descartamos 300. Nosso intuito é terminarmos a análise dos prontuários, mapear a distribuição destes trabalhadores no Estado e associar com os cultivos. Estamos ligando para estes pacientes para fazer perguntas sobre a contaminação com agrotóxicos e estamos coletando sangue deles. Queremos com este estudo responder a questões como a relação entre o trabalho e a exposição crônica ao agrotóxico, se todos os tumores selecionados tem relação com o agrotóxico e sobre quais os tumores que estão mais associados. Este trabalho vai ser muito importante para o nosso Estado. Nosso intuito com este estudo não é assustar, mais conhecer estes trabalhadores.”

- As alterações genéticas acontecem no uso de qualquer tipo de agrotóxico?

“Sim, para qualquer tipo de agrotóxico. Quanto maior a toxicidade do agrotóxico maiores são as alterações e mais rapidamente elas se manifestam.”

- Sobre o estudo: “ Impactos dos agrotóxicos na Saúde do Trabalhador Rural do Sudeste e Sudoeste Goiano Ocupacionalmente Exposto”.

- Quais os motivos para a escolha das regiões de Sudeste e Sudoeste de Goiás?

“A cidade de Silvânia é um local onde vários pesquisadores da UFG fazem estudos há muitos anos, e os administradores do município abrem as portas para os pesquisadores. O estudo foi apresentado para o Secretário de Saúde e o Prefeito desta cidade e eles acharam a idéia sensacional. As cidades de Rio Verde, Jataí e Montividiu (região sudoeste goiana) foram escolhidas em função do agronegócio. Em Rio Verde comecei um trabalho quando houve um acidente com pulverização aérea de agrotóxico envolvendo uma escola São José do Pontal, em 2013. Como eu já tinha este trabalho, resolvi ampliá-lo para o trabalhador rural. Nesta região temos grandes produtores e decidimos fazer comparações com outros estudos: se os grandes produtores cuidam melhor da saúde em relação aos pequenos produtores, se eles são mais treinados, e preocupam-se mais com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Poderemos ainda comparar o material genético de trabalhadores de regiões diferentes, assim como o material dos Agentes de Combate a Endemias.”

- Quais as etapas de organização deste estudo?

“O estudo passou pela aprovação no Comitê de Ética, o segundo momento, que estamos desenvolvendo agora, fazendo contatos com a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA) e com os Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) para verificarmos a melhor estratégia a fim de mapear os trabalhadores dos quais será colhido sangue. Depois deveremos agendar reunião com os trabalhadores para mostrar o projeto e explicar o que será feito. Após a reunião agendaremos a coleta de sangue, urina e células da mucosa oral. No dia da coleta do sangue passaremos um questionário rápido para os trabalhadores. Em outro momento retornaremos para entregar os resultados para eles. Pretendo fazer o monitoramento

destes trabalhadores, fazendo um retorno após seis meses para refazer os exames e realizar uma comparação, objetivando observar se a minha visita gerou uma melhora, se os trabalhadores se conscientizaram quanto ao uso dos EPIs por exemplo. Pretendemos ainda publicar o trabalho em artigos, boletins e jornais.”

- Quais os possíveis desdobramentos para este estudo, dentro da saúde do trabalhador?

"O principal é mudar a realidade desses trabalhadores, que eles possam se conscientizar sobre o uso dos EPIs e de que mesmo utilizando estes equipamentos a contaminação pode ocorrer, pois eles não são 100% seguros. Outra pretensão é a de aproximar a universidade dos trabalhadores, devolvendo o conhecimento conquistado para a sociedade. Pensar em outras possibilidades de estudo que podemos fazer. A pesquisa referida sobre o câncer surgiu da avaliação sobre as doenças que o agrotóxico pode causar. Buscamos também orientar o trabalhador sobre os riscos de contaminação, orientamos sobre o CEREST, os sintomas de contaminação, a busca de postos de saúde na presença dos sintomas. Exercer um cuidado com a saúde evitando a doença e buscando tratamento precoce. Fazemos uma conscientização sobre o uso do agrotóxico.”

Bibliografia:

RAMOS, J. S. A. Efeitos à saúde humana da exposição ocupacional direta e indireta aos agrotóxicos. 2020. 92f. Tese (Doutorado em Genética e Biologia Molecular) – Instituto de Ciências Biológicas – Universidade Federal de Goiás, 2020.

DESTAQUES

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Goiás (Cerest - GO), a convite do Cerest do Amapá, realizou no dia 19 de agosto de 2021, a *live*: “Experiência do Cerest Goiás em transtorno mental relacionado ao trabalho”. Nesta *live*, as Psicólogas Ana Flávia Coutinho e Elise Alves dos Santos do Núcleo de Psicologia do Cerest - GO expuseram sobre as experiências que vêm sendo realizadas envolvendo a temática. Participaram da *live* profissionais da área de saúde do trabalhador de vários estados, dentre eles, Amapá, Goiás e Pernambuco.

Eventos como este favorecem a troca de experiências e a integração entre os profissionais, sendo fundamentais para o fortalecimento das ações da saúde do trabalhador, especialmente da saúde mental do trabalhador.

A Subcoordenadora de Desenvolvimento Técnico de Vigilância em Saúde do Trabalhador e Psicóloga Danniella Davidson Castro representou a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador nos seguintes eventos:

- Banca de conclusão de curso no Instituto Federal Goiano da cidade de Goiânia “Saúde Mental dos Professores da Educação Básica”;
- Entrevista para os alunos do estágio do curso de Psicologia da Universidade de Brasília;
- Palestra em Psicologia do Trabalho para os alunos do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília.

DATAS ESPECIAIS

SETEMBRO

- 08 – Dia Nacional de Luta por Medicamento
10 – Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio
13 – Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.
16 – Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio
17 – Dia Mundial da Segurança do Paciente
19 – Dia Internacional de Atenção aos Acidentes Ofídicos
21 – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
22 – Dia Nacional da Saúde de Adolescentes e Jovens
23 – Dia Internacional da Linguagem de Sinais
26 – Dia Nacional dos Surdos.
27 – Dia Nacional da Doação de Órgãos

CONTATOS

Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador – CVSAT

Coordenação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST

Av. 136, nº 960 – Setor Marista-
Goiânia – GO – CEP 74180-040
Ed. Executive Tower – 11º andar.
Fone: (062) 3241 -2870
Email: cvsat.suvisa@gmail.com
cerest.goiias@hotmail.com

GLOSSÁRIO EM SAÚDE DO TRABALHADOR

ANÁLISE DE GÊNERO [fem.], [sing.] – Estudo das diferenças de condições, necessidades, índices de participação, acesso aos recursos e ao desenvolvimento, controle de ativos, poder de tomada de decisões etc., entre homens e mulheres, devido aos papéis que tradicionalmente lhes foram atribuídos. (7) Ver [sin.] GÊNERO.

CAPACITAR [verb.], [sing.] – Tornar alguém apto, habilitar determinada pessoa para fazer algo.

INVALIDEZ [fem.], [sing.] – Dificuldade para realizar uma ou mais funções que, na vida cotidiana, costumam ser consideradas normais ou indispensáveis, devido a uma doença e/ou acidente, relacionados ou não com o trabalho.

Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

Superintendência de Vigilância em Saúde

Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador

Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador

Coordenação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

Superintendente:
Flúvia Amorim

Gerente:
Edna Maria Covem

Coordenadora:
Nádia Maria Alcanfôr Ximenes

Conselho Editorial
Ana Cláudia F. B. Moreira
Ana Flávia Coutinho
Danniella Davidson Castro
Virgínia Célia de Barros Oliveira

Layout:
Leandro Brandão de Oliveira

Equipe Técnica:
Albertino Dias Lira
Alderina Coelho dos Santos
André Granato de Araújo
Andréia Soares da Silveira
Elisângela da Cunha Pikhardt
Elise Alves dos Santos
Fernanda Cristina M. de Oliveira
Huilma Alves Cardoso
Jorcirene Alcântara de Almeida
Juliana Batista de Noronha
Leandro Brandão de Oliveira
Larissa Di Oliveira Santhomé
Leila Maria Gomes de Oliveira
Lucimeira Aparecida da Costa
Lucinéia de Bessa Libério
Luzineide Lopes de Oliveira
Murillo Simiema Campos
Paulo Cesar Guadelup Silva
Paulo César Ribeiro
Patrícia Carneiro de Resende
Wellington Pinheiro de Sá